

DESPACHO SP/ 114 /2015

Ao abrigo da alínea o), do nº 1, do artigo 92º da Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, da alínea n), do nº 1, do artigo 22º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra, aprovados pelo Despacho Normativo nº 59-A/2008, de 14 de novembro, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 225, de 19 de novembro de 2008, com base nas orientações para a adoção de mecanismos de incentivo à inscrição de Estudantes Internacionais nos ciclos de estudos de formação inicial das instituições de ensino superior, aprovadas pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, em 7 de janeiro de 2015, e após discussão pública promovida nos termos do nº 3 do artigo 110º do Regime jurídico das Instituições de Ensino superior, aprovado pela Lei nº 62/2007, de 1º de Setembro, aprovo o Regulamento de Incentivo à inscrição do Estudante Internacional, do Instituto Politécnico de Coimbra, anexo ao presente despacho.

Coimbra, 2 de agosto de 2016,

O Vice-presidente do IPC, Paulo Sanches, em substituição legal do Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Sanches', is centered below the text. The signature is fluid and cursive, with the first name 'Paulo' being more prominent than the last name 'Sanches'.

REGULAMENTO DE INCENTIVO À INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE INTERNACIONAL,
DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Com base nas orientações para a adoção de mecanismos de incentivo à inscrição de Estudantes Internacionais nos ciclos de estudos de formação inicial das instituições de ensino superior, aprovadas pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, em 7 de janeiro de 2015, e na capacidade das Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico de Coimbra, para acolher um maior número de Estudantes Internacionais, é adotado o seguinte incentivo à inscrição de estudantes internacionais nos ciclos de estudos de formação inicial do Instituto Politécnico de Coimbra, que se rege pelas seguintes disposições:

Artigo 1º

O presente regulamento aplica-se aos estudantes internacionais, qualificados como tal nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, que ingressem em cursos do 1.º ciclo das Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico de Coimbra, através do Concurso Especial de Acesso e Ingresso para Estudantes Internacionais, regulamentado no Capítulo IV do Regulamento do Estatuto do Estudante Internacional do Instituto Politécnico de Coimbra.

Artigo 2º

1-O estudante internacional que ingresse e que se inscreva num curso do 1.º ciclo das Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico de Coimbra, que não tenha esgotado as vagas nos concursos do Regime Geral de Acesso no ano em que concorre, pode beneficiar do pagamento de uma propina igual ao valor fixado para os estudantes nacionais do mesmo par estabelecimento/ciclo de estudos.

2-Para efeitos do número anterior, consideram-se concursos do Regime Geral de Acesso, o Concurso Nacional, os Concursos Locais, os concursos para Maiores de 23 anos, os concursos para Titulares de DET, os concursos para Titulares de DTSP, os concursos para Titulares de outros cursos superiores, e os concursos dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso no Ensino Superior.

Artigo 3º

Anualmente, o presidente do Instituto Politécnico de Coimbra fixa, sob proposta do Presidente da Unidade Orgânica de Ensino, no despacho previsto no artigo 2.º do Regulamento do Estatuto do Estudante Internacional do Instituto Politécnico de Coimbra, aprovado pelo Despacho n.º 8596 /2014, de 18 de junho de 2014, o número de beneficiários do incentivo referido no número anterior, para cada ciclo de estudos.

Artigo 4º

1-O benefício do incentivo será atribuído aos estudantes internacionais que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:

- a) Estejam matriculados e inscritos em curso do 1.º ciclo das Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico de Coimbra;
- b) Na lista ordenada de seriação e colocação dos candidatos ao concurso, ocupem as primeiras vagas, até um total de 50%, fixadas para o par estabelecimento/curso do Concurso Especial para Estudantes Internacionais, em que ficou colocado.

2- Os valores calculados nos termos do número anterior que tenham parte decimal, são arredondados para o inteiro superior

3- A renovação do benefício do incentivo é requerida ao Presidente da Unidade Orgânica no ato da renovação da matrícula. Esta renovação do incentivo nos anos letivos subsequentes, depende ainda de o estudante poder concluir o curso dentro do período da sua duração normal, tendo em consideração as regras de inscrição, avaliação e transição de ano em vigor na Unidade Orgânica em que esteve matriculado.

4- Para efeitos do número anterior, considera-se duração normal de um ciclo de estudos, o número de anos, semestres e ou trimestres letivos em que o curso deve ser realizado pelo estudante quando a tempo inteiro e em regime presencial.

Artigo 5º

O presente regulamento aplica-se a partir do ano lectivo 2016/2017, inclusive.